

RECURSO ESPECIAL Nº 1.524.168 - SC (2015/0072691-1)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
RECORRENTE : **INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO**
RECORRIDO : **SAULO NASCIMENTO LAURENTINO**
ADVOGADO : **CAIO RENATO SOUZA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SC031143**
INTERES. : **LUIZ REDIVO**
INTERES. : **SUPERMERCADOS IMPERATRIZ LTDA**
INTERES. : **CAIO RENATO SOUZA DE OLIVEIRA**
ADVOGADO : **CAIO RENATO SOUZA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SC031143**

DECISÃO

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO** com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 38):

PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO FISCAL. MULTA POR ATO ATENTATÓRIO AO EXERCÍCIO DA JURISDIÇÃO. EXIGIBILIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO DA DECISÃO FINAL. ART. 14, PARÁGRAFO ÚNICO DO CPC.

1. Nos termos do art. 14, parágrafo único, do CPC, a multa por ato atentatório ao exercício da jurisdição somente pode ser exigida após o trânsito em julgado da 'decisão final da causa' em que fora aplicada a penalidade.

2. A jurisprudência desta Corte tem conferido interpretação literal ao texto do dispositivo legal mencionado.

Opostos embargos declaratórios, foram parcialmente providos, apenas para fins de prequestionamento (fls. 58/61).

A parte recorrente aponta violação aos seguintes dispositivos da legislação federal:

(I) art. 535 do CPC/73, ao argumento de que, embora tenham sido parcialmente acolhidos os embargos declaratórios opostos pela autarquia, não houve juízo de

valor a respeito das questões cujo prequestionamento foi requerido;

(II) arts. 14, parágrafo único, 471-I, e 601, todos do CPC/73, afirmando que o trânsito em julgado da decisão final da causa é necessário apenas para a inscrição da multa em dívida ativa. Acrescenta que a multa sancionatória por ato atentatório à dignidade da justiça se reverte para o exequente, não sendo necessária a propositura de outra demanda para a execução do valor, porquanto exigível na própria execução, por simples requerimento nos autos. Aduz, ainda, que não há impedimento à cobrança da penalidade através de execução provisória, pois os recursos excepcionais são recebidos somente no efeito devolutivo.

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 – relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 – devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, já adianto que a pretensão recursal merece acolhida pelo art. 535 do CPC/73, pois a parte recorrente, nas razões dos embargos de declaração e do recurso especial, alega que, no caso do art. 14, parágrafo único do CPC/73, o proveito econômico da multa reverte-se ao erário, hipótese em que há necessidade de trânsito em julgado para se poder fazer a inscrição em dívida ativa.

Concluiu, então, que "o princípio da especialidade na hermenêutica legal relativa a este caso, sendo que o art. 601 do CPC c/c artigo 475-I, § 1º, prevalecem sobre o art. 14, parágrafo único, do CPC eis que se trata de multa aplicada no bojo de execução fiscal, em proveito do credor, razão pela qual se admite sua execução provisória, até os atos pretéritos ao levantamento de numerário" (fl. 25).

Contudo, o Tribunal de origem quedou-se silente sobre tal argumentação,

rejeitando os pertinentes aclaratórios do ora recorrente, em franca violação ao art. 535 do CPC/73, porquanto não prestada a jurisdição de forma integral.

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao recurso especial para anular o acórdão que apreciou os embargos de declaração e, por conseguinte, determinar o retorno dos autos ao Tribunal de origem a fim de que seja realizado novo julgamento com o exposto enfrentamento das questões aqui tidas por omitidas.

Publique-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA
Relator